

MIDIATIZAÇÃO E MACONHA: ANCESTRALIDADE E LUTA POR LEGITIMIDADE EM FRAGMENTOS MIDIATIZADOS DE NÊGO BISPO

MEDIATIZATION AND MARIJUANA: ANCESTRY AND THE STRUGGLE FOR LEGITIMACY IN MEDIATIZED FRAGMENTS OF NÊGO BISPO

MEDIATIZACIÓN Y MARIHUANA: ASCENDENCIA E LA LUCHA POR LA LEGITIMIDAD EN LOS FRAGMENTOS MEDIATIZADOS DE NÊGO BISPO

*Original recebido em: 30 de setembro de 2025
Aceito para publicação em: 26 de fevereiro de 2026
Publicado em: 09 de abril de 2026*

Letícia Araújo Resende Guimarães Pereira
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Rennan Lanna Martins Mafra
Universidade Federal de Viçosa (UFV)

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ·

RESUMO

Este artigo examina como a presença comunicacional da ancestralidade, em cenários contemporâneos de midiática, emerge como disposição experiencial mobilizada na construção de processos de legitimidade pública da maconha, tendo, como horizonte empírico, a presença midiática de Nêgo Bispo, em circulação nas plataformas *YouTube* e *Instagram*. Como fundamentação teórica, o artigo mobiliza compreensões sobre midiática (Neto (2008); Braga (2011, 2012); Lelo (2021)) e presença da ancestralidade no contemporâneo (Ribeiro (2022); Krenak (2022); Gumbrecht (2015); Oliveira e Salgado (2023)). A metodologia se baseia na análise de conteúdo descritiva-interpretativa de fragmentos midiáticos em circulação de Nêgo Bispo, a partir do paradigma indiciário (Braga, 2008). Como principal resultado, aponta-se que a ancestralidade caminha como uma estrutura confluyente à construção da legitimidade pública da maconha, a partir da circulação midiática de saberes de povos afropindorâmicos.

Palavras-chave: ancestralidade; contemporaneidade; maconha; midiática.

ABSTRACT

This article examines how the communicational presence of ancestry, in contemporary scenarios of mediatization, emerges as an experiential disposition mobilized in the construction of processes of public legitimacy of marijuana, using as an empirical horizon the mediated presence of Nêgo Bispo, circulating on the *YouTube* and *Instagram* platforms. As a theoretical foundation, the article mobilizes understandings of mediatization (Neto (2008); Braga (2011, 2012); Lelo (2021)) and the presence of ancestry in the contemporary world (Ribeiro (2022); Krenak (2022); Gumbrecht (2015); Oliveira and Salgado (2023)). The methodology is based on descriptive-interpretative content analysis of circulating mediated fragments of Nêgo Bispo, from the indicial paradigm (Braga, 2008). The main finding suggests that ancestry acts as a confluent structure in the construction of the public legitimacy of marijuana, based on the mediated circulation of knowledge from afropindoramic peoples.

Keywords: ancestry; contemporaneity; marijuana; mediatization.

RESUMEN

Este artículo examina cómo la presencia comunicacional de la ascendencia, en escenarios contemporáneos de mediatización, emerge como una disposición experiencial movilizada en la construcción de procesos de legitimación pública de la marihuana, utilizando como horizonte empírico la presencia mediada de Nêgo Bispo, que circula en las plataformas de *YouTube* e *Instagram*. Como fundamento teórico, el artículo moviliza comprensiones de la mediatización (Neto (2008); Braga (2011, 2012); Lelo (2021)) y la presencia de la ascendencia en el mundo contemporáneo (Ribeiro (2022); Krenak (2022); Gumbrecht (2015); Oliveira y Salgado (2023)). La metodología se basa en el análisis de contenido descriptivo-interpretativo de fragmentos circulantes mediados de Nêgo Bispo, desde el paradigma indicial (Braga, 2008). El principal hallazgo sugiere que la ascendencia actúa como una estructura confluyente en la construcción de la legitimidad pública de la marihuana, a partir de la circulación mediada de conocimientos de los pueblos afropindoramicos.

Palavras-chave: ascendencia; marijuana; mediatización; tiempo contemporáneo.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, um amplo movimento de ressignificação da relação dos sujeitos com a maconha tem emergido (Ribeiro, 2023), contrariando todo um histórico de proibicionismo propagado nas sociedades ocidentais modernas (Brandão, 2014), a partir das mais diversas intencionalidades. Assim, o interesse com relação à planta tem despertado novas possibilidades e significações, seja nos campos da Ciência e nos contextos do Estado, seja nas lógicas do Mercado e de associações canábicas (Rodrigues, 2022), como também no reconhecimento da presença da maconha junto a saberes ancestrais e a formas de experiência de povos tradicionais (Ribeiro, 2023).

Com relação a este último aspecto, esforços contemporâneos têm procurado situar a presença social da maconha por meio de historicidades voltadas a questionar a hegemonia de visões moderno-ocidentais, cunhadas, em última análise, por uma razão proibicionista encampada pelo Estado, sobretudo no século XX (Brandão, 2014). De tal sorte, registros sobre a maconha datam de I a.C, com destaque para o uso da planta como fonte de uma fibra longa e resistente na confecção de tecidos e papel (França, 2022) - fibra esta conhecida como cânhamo. O uso medicinal da maconha também se destaca (Ibidem, 2022): sobre o que se sabe até os dias de hoje, chineses foram os pioneiros na utilização das diversas partes da planta para a criação de receitas com propriedades restaurativas e curativas, receitas estas que datam na tradição oral de 2.000 a.C e nos registros escritos também a partir do século I a. C. Indianos também possuem uma relação milenar com a maconha, utilizando-a para o tratamento de várias doenças, como reumatismo, infecções e inflamações diversas, dor de cabeça, cólicas, dentre outras (Ibidem, 2022). Além desses dois usos historicamente situados, há um outro, também milenar, que se sobressai no debate público contemporâneo pela sua associação, desde o século XX, à violência, ao vício e à criminalidade: o *uso recreativo* ou *adulto* (Ibidem, 2022). Este uso está relacionado ao consumo da maconha pelas suas propriedades derivativas/psicoativas, seja nas formas comidas ou bebidas, seja nas formas fumadas ou vaporizadas.

No caso do Brasil, por se apresentar como uma planta exótica, a chegada da maconha é indicada por diferentes caminhos, com um certo consenso a respeito do momento de desembarque das primeiras naus portuguesas para atender aos interesses geopolíticos e econômicos da Coroa (Ribeiro, 2023). Em documento oficial brasileiro do Ministério de Relações Exteriores, de 1959, há a informação de que a maconha foi supostamente introduzida no Brasil no ano de 1549 pelas populações negras escravizadas, a partir de sementes trazidas em bonecas de pano (Carlini, 2006). Então, ao que tudo indica, até o início do século XX, a planta foi bastante utilizada no Brasil para suprir diversas demandas ligadas a usos materiais, medicinais e recreativos. Entretanto, a partir de 1930, o país apertou as restrições legais não apenas à maconha, mas a todas as substâncias denominadas, de forma geral, como drogas, com legislações estaduais e, posteriormente, com a institucionalização da Lei nº 11.343, conhecida popularmente como Lei de Drogas, em 2006 (Rodrigues, 2022). Tal contexto proibicionista brasileiro é uma herança da percepção colonialista acerca da maconha, consolidada, principalmente, a partir do século passado, através de uma política de

criminalização e de perseguição, iniciada principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, entre as décadas de 20 e 30, espalhando-se mundialmente (Ibidem, 2022).

Com a emergência de uma cadeia de legislações e convenções internacionais que tornaram cada vez mais criminal e árduo o acesso à maconha (Ibidem, 2022), apagou-se grande parte das memórias ancestrais de uso da planta para seus variados fins. Consequentemente, como reflexos diretos das políticas públicas proibicionistas estrangeiras, os usos atrelados à maconha no Brasil se localizam muito próximos a um debate sobre a segurança pública, com o foco na “*guerra às drogas*”, favorecendo o crescimento da população carcerária no país (Brandão, 2014), bem como o aumento da violência policial nas favelas (Meirelles; Athayde, 2014)¹. Nesse lugar, os contextos comunicacionais brasileiros tendem a ser atravessados por discussões moralistas e pela falta de informações qualificadas sobre o tema, condições estas que fazem emergir uma crise contemporânea com relação à sua presença pública². Junto a isso, relações com a planta, tributárias de outras cosmologias e visões de mundo, tendem a ser escamoteadas.

De tal sorte, a busca pela circulação de outras historicidades sobre a maconha têm sido empreitada assumida não apenas por instituições científicas, associativas e mercadológicas, com seus múltiplos interesses em jogo. Sujeitos comuns e figuras públicas também têm aparecido nos contextos comunicacionais recentes, projetando outras relações possíveis com a planta nas ambiências digitais contemporâneas, a partir de uma busca por abertura e acesso a experiências passadas e partilhadas coletivamente – quais sejam, experiências atravessadas por uma ancestralidade então violentada e historicamente subsumida.

Dentre tais sujeitos, destaca-se a presença pública digital de Antônio Bispo dos Santos³, conhecido também como Nêgo Bispo, que cultivou em vida, junto a outros atores diretamente ou não relacionados à cena canábica, uma visão sobre a planta fundamentada na sabedoria ancestral de seu povo. De modo geral, destaca-se, em sua aparência midiaticizada, um amplo combate à supremacia do conhecimento moderno-ocidental, a partir de um movimento contracolonial e de uma cosmovisão politeísta fincada nas raízes de sua vivência quilombola.

¹ Com a superlotação dos presídios e o descaso do Estado, pessoas pretas e periféricas, majoritariamente, enfrentam condições precárias e a violações cotidianas de direitos humanos básicos (Ferrugem, 2019).

² Por exemplo, o extenso debate político no país com a RE 635659, desde 2015, e sua aprovação em junho de 2024, e, em avesso, a PEC 45/2023, mais recentemente, são sintomas latentes de uma lógica proibicionista que ainda persiste nos cenários comunicacionais brasileiros.

³ Antônio Bispo dos Santos – Nêgo Bispo – foi um importante pensador e ativista quilombola brasileiro, falecido no final de 2023. Ao longo do artigo, centrado empiricamente em sua aparência midiaticizada, mais informações biográficas serão apresentadas.

É nesse sentido que este texto busca examinar como a presença comunicacional da ancestralidade, em meio a uma lógica atual proibicionista, emerge como uma espécie de disposição experiencial, em cenários contemporâneos de midiaticização, mobilizada em direção à construção de processos de legitimidade pública da maconha. Nesse sentido, buscamos entender como a aparência midiaticizada de Nêgo Bispo, a partir da expressão de saberes pautados por povos afropindorâmicos, abre possibilidades para que, no caso da maconha, outras lutas possam acontecer nos cenários contemporâneos. Ainda que tais lutas não necessariamente se mostrem como hegemônicas nos contextos midiaticizados, partimos da argumentação de que, com o potencial de circulação de sentidos emergente nos cenários contemporâneos, tais lutas podem movimentar e provocar novas aberturas de entendimentos e de aprendizagens com relação à maconha, uma planta que foi estigmatizada e que continua sendo associada a uma cadeia de significação ilegal, criminosa e maléfica.

Para dar conta desta empreitada, este texto se organiza em algumas partes. Nas duas seguintes a esta introdução, *Midiaticização como fenômeno comunicacional* e *Ancestralidade no contemporâneo*, apresentamos as principais bases conceituais deste trabalho, por meio das quais buscamos compreender, em linhas gerais, como o potencial de circulação de sentidos e experiências, decorrente do fenômeno da midiaticização, vincula-se a uma demanda pela presença comunicacional da ancestralidade, mobilizada por povos afropindorâmicos historicamente marginalizados e violentados.

A partir de tal entendimento, lançamos as bases que buscam compreender, a partir da midiaticização de Nêgo Bispo, como a ancestralidade é chamada à construção de uma legitimidade pública a usos contemporâneos da maconha. Assim, na seção *Metodologia e Campo para análise*, discorreremos sobre o arcabouço metodológico elencado para a pesquisa, bem como apresentamos o contexto empírico eleito para investigação, constituído por aquilo que tentamos denominar como *fragmentos midiaticizados de Nêgo Bispo*. Tais fragmentos serão apresentados como materiais possíveis à operacionalização da pesquisa indiciária proposta por Braga (2008) para os estudos em comunicação.

Adiante, na seção *Análises e Resultados*, buscamos compreender como a presença comunicacional da ancestralidade, ao emergir como uma disposição experiencial possível em fragmentos midiaticizados de Nêgo Bispo por meio de saberes pautados por povos afropindorâmicos, é mobilizada para a construção de processos de legitimidade pública da maconha, a partir de categorias analíticas decorrentes da interação com as reflexões teóricas

então propostas. Por fim, na seção *Considerações Finais*, buscamos tecer alguns caminhos conclusivos para as discussões aqui encetadas.

2. MUDIATIZAÇÃO COMO FENÔMENO COMUNICACIONAL

Os estudos em midiatização são extensos e tensionados por diversos autores brasileiros e estrangeiros, uma vez que se trata de fenômeno mundialmente posto, de amplo alcance e relevância social. Dessa forma, a midiatização se apresenta como um conceito de múltiplas vozes (Gomes, 2016), sendo muito presente nas discussões sobre circulação, como nos aponta Grohmann (2020): tal autor aproxima debates que partem de dimensões distintas e confluentes da circulação, sendo elas a angulação semiodiscursiva, os estudos culturais e as pesquisas sobre circulação comunicacional do capital.

As perspectivas de pesquisadores latinos, como Braga (2012) e Neto (2008), há mais de dez anos, incluem a circulação nas mudanças dos regimes sociotécnicos, avançando ao tensionar a circulação comunicacional em contextos de midiatização. Dessa forma, seus estudos se deram de modo concomitante às transformações socioculturais das sociedades contemporâneas, sendo estas resultantes da fixação de atualizadas e estratégicas maneiras de se interagir, a partir da reconfiguração de tecnologias das mídias (Neto, 2008).

A partir de esforços por uma revisão crítica da literatura europeia em midiatização, Lelo (2021) aponta que os estudos recentes sobre o conceito, a partir da década de 80, dedicaram-se à descrição da influência das lógicas dos meios na esfera pública, ao mencionar autores como Hjarvard, Ampuja, Koivisto e Väliverronen. Todavia, a partir dos anos 2000, discussões mais aprofundadas na dimensão teórica sobre o fenômeno ganharam proeminência na área da Comunicação, com apropriações variadas conforme aponta o pesquisador (Ibidem, 2021). Neste lugar, destaca-se o foco na investigação das inter-relações entre mudanças socioculturais e novas disposições tecnocomunicacionais então emergentes pelo desenvolvimento dos meios.

Dessa forma, para tensionar a midiatização como fenômeno comunicacional, admitimos, neste artigo, a necessidade de uma retomada da noção de mediação levantada por Braga (2012), noção esta que se constituiu como um processo organizador das relações entre os sujeitos e o *real* – sendo a relação com o *real* sempre intermediada por um ponto de vista e por uma inserção histórico-cultural do sujeito. O autor parte da mediação para chegar às configurações comunicacionais de contextos sociais afetados pela Revolução Industrial, nos quais a sociedade passa a ser vista como massificada e voltada ao capital financeiro, com o

surgimento de uma *mídia de massa* no formato de indústria cultural, a partir de uma virada social, cultural e econômica no século XX.

Por conseguinte, os meios, que antes apareciam como produtores de repercussões não controláveis pelo coletivo, passam a dar lugar às mediações que se põem como espaço da ação de resistência, trazendo possibilidades de enfrentamento, como uma atuação de caráter político-social (Braga, 2012). Então, podemos afirmar que, se há comunicação, há midiatização crescente dos processos comunicacionais, acelerando e reconfigurando os modos pelos quais a sociedade interage consigo mesma, “e nos processos e interação entre as instituições e os atores sociais” (Neto, 2008, p. 93).

Assim, os processos sociais de interação não se limitam aos meios, mas sim, incluem-nos em formações com os sujeitos e suas mediações. O autor (2008) destaca a atualização das formas de circulação e de organização dos sentidos e discursos, como uma espécie de resultante direta do fenômeno comunicacional da midiatização: ao inserir os receptores como ativos no processo comunicativo, este pautado na relação entre sujeitos e formas atualizadas de produção e recepção, a circulação passa a ser vista como um espaço de abertura de possibilidades para novas ações de interação na prática social (Braga, 2012).

No fenômeno da midiatização refletido por Neto (2008) e Braga (2012), o processo comunicacional emerge com o receptor em um *fluxo adiante* (Braga, 2012), fazendo-o seguir as afetações a que está submetido e convocando-o a também produzir um novo fluxo de variadas formas - instituindo uma espécie de *contra-fluxo*. Nesse processo, o empenho para comunicar, de forma inteligível, se estabelece na constituição de uma escuta antecipada, em que os sentidos são produzidos com base nas respostas esperadas, em meio a fluxos e a contrafluxos ininterruptos, alterando os modos como sujeitos experimentam o tempo e o espaço. Estes fluxos e contrafluxos estão inseridos em um modo preferencial e próprio de circulação na sociedade em midiatização, modo este que emerge empiricamente no formato de circuitos praticáveis culturalmente e postos em campos sociais singulares.

Rodrigues (1990), em sua definição de campos sociais, destaca a legitimidade como preceito fundamental de um campo social, compondo suas formas de visibilidade no processo de circulação comunicacional. As esferas de legitimidade “impõem com autoridade indiscutível actos de linguagem, discursos e práticas conformes, dentro de um domínio específico de competência” (Rodrigues, 1990, p.144). De forma concomitante, a midiatização se instala por meio de lógicas e processos de circulação, e são estes processos que, hoje, circunscrevem e caracterizam crescentemente as mediações comunicativas da sociedade. O fenômeno vem se estabelecendo como processo relacional de referência, incorporando e

apontando processos anteriores – como os da escrita e da oralidade (Braga, 2011). À vista disso, a comunicação é sempre um processo tentativo de encontros (Braga, 2012), em meio ao qual a midiatização alterou os modos de produção de legitimidade, a partir da visibilidade não apenas de conteúdos, mas dos próprios sujeitos que participam de sua circulação.

Diante do exposto, percebemos como é possível compreender o quanto a midiatização traz desafios comunicacionais para a sociedade contemporânea. Sendo assim, como pensar esses desafios no caso de populações tradicionalmente apartadas, alijadas e distanciadas das lógicas produtivas desses meios? Como é possível compreender as motivações que levam sujeitos tradicionalmente colonizados, violentados, e invisibilizados pela modernidade a estarem nesses espaços? E, no caso da relação estabelecida entre tais sujeitos e a maconha, como a midiatização parece também emergir enquanto fenômeno relacional de referência, ainda que tal relação seja atravessada por uma política proibicionista, protagonizada pelo Estado? Certamente, uma dessas razões constitui-se por uma busca pela visibilidade e pela produção de processos tentativos de legitimidade, estes últimos que poderão potencialmente gerar novas aprendizagens, como é o caso da presença pública midiatizada de Nêgo Bispo. Em meio a tais processos tentativos, em função da profusão de fluxos e contrafluxos constituídos pela midiatização, a ancestralidade tem emergido como disposição experiencial notadamente vinculada à luta por legitimidade nos contextos canábicos contemporâneos, como veremos a seguir.

3. ANCESTRALIDADE NO CONTEMPORÂNEO

No episódio *Ancestralidade*, em seu quadro *O futuro é ancestral* do Canal GNT, na plataforma *YouTube*, a Doutora em Filosofia Africana e mulher preta quilombola, Katiúscia Ribeiro (2022), afirma que “cultuar a ancestralidade é reivindicar o caminho”. Num contexto brasileiro, esse caminho foi invisibilizado e apagado historicamente por um violento processo escravocrata, marcado pelo esvaziamento da própria história do outro, de seu modo de ser e estar no mundo. Partindo desse lugar, Katiúscia Ribeiro (2022) nos guia para uma ancestralidade que vai além de questões biológicas: ela se baseia no coletivo como prática respeitosa de “honrar, lembrar e saudar os antepassados”. Assim, podemos refletir que, para pensar numa ancestralidade no contemporâneo, é necessário reatar a conexão de um povo com seus saberes e práticas, a partir de um movimento de resistência (e de uma re-existência) sociocultural.

Dessa forma, é possível pensar numa problematização que considere as consequências de uma aproximação entre os saberes dos povos afropindorâmicos e aqueles construídos nas diretrizes moderno-coloniais politeístas, a partir de reflexões de Oliveira e Salgado (2023) acerca da comunicação intermundos. A autora e o autor observam uma forte influência da colonialidade do poder, conceito formulado por Aníbal Quijano, na construção epistemológica de um povo. Em um contexto marcado pelas forças do capitalismo, a ideia de uma raça única e superior emerge como fundamento de um padrão universal de classificação básica e de dominação social, de modo que uma matriz universal de exploração social passa a ser hegemônica. Por meio de tal matriz, o Estado se coloca como força central de controle da autoridade coletiva (Oliveira; Salgado, 2023).

Por tudo isso, em especial, o sistema ideológico eurocêntrico se apresenta como força soberana de controle da subjetividade, dos corpos e dos territórios, especialmente no que tange à produção de conhecimento (Ibidem, 2023). Tal fato acaba por consolidar um sofrido ponto de partida histórico para as demais culturas não europeias – como no Brasil, a partir do genocídio da população originária a datar da presença portuguesa. Sendo assim, povos e territórios já existentes com seus próprios acordos e modos de viver só começaram a ser considerados junto ao sistema ideológico eurocêntrico após o choque estabelecido com o processo colonial. Nesse lugar, práticas e saberes ancestrais foram desmantelados em prol de um conhecimento universal imposto pelo homem branco europeu: tal conhecimento, produzido a partir de uma visão hegemônica, cria antônimos e exclui aquilo que não segue suas ideologias impostas (Miglievich-Ribeiro, 2020).

Nesse caminho, a comunicação intermundos (Oliveira; Salgado, 2023) abre horizontes para um outro gesto tentativo numa comunicação de interfaces (Braga, 2004), expandida para as “dimensões ecológica, convival, partilhada e simbiótica” (Oliveira; Salgado, 2023, p.152). Tal gesto coloca em compartilhamento as diferenças que se encontram e que buscam escutas, indo na contramão das práticas moderno-coloniais, estas que tendem a impedir o poder da confluência de mundos com múltiplas cosmovisões. Oliveira e Salgado (2023) também indicam a necessidade de uma abertura social, cultural, política e comunicacional à cosmopraxis dos povos indígenas e afroconfluentes, a fim de vingar uma comunicação intepistemica entre os mundos, retirando da intolerância e do desconhecido outras formas cultuadas de ver o mundo, outrora alijadas ou dizimadas.

É também nesse espaço de re-existência e luta que o filósofo indígena brasileiro Ailton Krenak (2022), em seu livro *O futuro é ancestral*, tece reflexões sobre a ideia de futuro

perante imaginários de fim de mundo latentes no contemporâneo, atravessados pela modernidade e suas reverberações na formação experiencial e coletiva de um povo. Essa *experiência de um sujeito coletivo* diz respeito à coexistência e à conexão do ser com o que o cerca, entendendo-se como uma extensão daquilo mesmo que o constitui, parte indelével de seu próprio contexto. Para Krenak (2022), o capitalismo e as ideologias moderno-coloniais roubam e distanciam a maneira de viver como sujeito coletivo, em contato com a natureza e com os antepassados (e, no caso destes últimos, tais ideologias impedem-nos de valorizá-los e reconhecê-los). O pensador indígena elucida:

porque, da mesma maneira que a gente pode naturalizar a vida numa tela e se fundir com a experiência virtual, nós também naturalizamos deste final do século XX, o uso de um monte de máquinas como se fossem próteses do nosso corpo. [...] Assim, o tal do progresso vai comandando a gente, e seguimos no piloto automático, devorando o planeta com fúria (Krenak, 2022, p. 52).

Isto posto, um dos efeitos da presença da ancestralidade de outras cosmologias em cenários contemporâneos diz respeito à contracolonização do apagamento de uma memória, a partir do processo de midiaticização. Em meio a tal presença, podemos compreender que a modernidade, ainda que deseje instituir formas de vida pautadas por um padrão único, acaba produzindo violências e feridas, a partir da tentativa de apagamento de outras expressões culturais. Os contextos contemporâneos, por meio de uma presença comunicacional da ancestralidade, tornam-se palco à emergência de demandas por conhecer e intensificar esses passados, de modo que tais passados emergem em simultaneidade em meio às conhecidas lógicas modernas, agora justapostas tempo e espacialmente pelo fenômeno da midiaticização.

Gumbrecht (2015), embasado em alguns aspectos descritos da mentalidade histórica do historiador alemão do pós-guerra Reinhart Koselleck, propõe a emergência e elenca os efeitos de um novo cronotopo, assim denominado pelo autor de *amplo presente*. Destaca-se, neste amplo presente, a força de chegada e de permanência de passados no presente, incapacitando a ação de legar qualquer coisa para a posteridade, gesto este ainda intensificado pela tecnologia (Gumbrecht, 2015). À vista disso, o intelectual alemão reconhece que o sujeito moderno, escamoteado de seu próprio corpo e impedido de tomar seu próprio passado, é afetado pelo *desejo por presença*. Dito por outras palavras, tal desejo evidencia-se nas tentativas de presentificação de mundos passados, isto é, nos modos que formam a sensação, ou como prefere Gumbrecht (2010), a ilusão de que os mundos passados podem tornar-se de novo tangíveis – como uma nova maneira, enraizada na presença, de reagir às inquietações

relacionadas às historicidades apagadas pelas formas modernas de conhecer e de experienciar o mundo.

O contemporâneo – ou amplo presente – se apresenta portanto como um tempo-espaço que traz as demandas por sujeitos de tocar os passados – passados muitas vezes violentados e não elaborados (Mafra, 2022), - e por presentificar, ou seja, trazer para o presente, a presença (Gumbrecht, 2015) de passados que foram de algum modo silenciados; ou, dito por outras palavras, pela intensificação de passados roubados pelas estruturas moderno-coloniais (Rangel, 2016). Isso posto, buscamos compreender como a presença comunicacional da ancestralidade, que aparece publicamente com Nêgo Bispo, apresenta-se como uma espécie de disposição experiencial nos processos contemporâneos de midiatização da maconha, com vistas ao fortalecimento de uma luta pela legitimidade pública de seus usos, a partir de lógicas contrárias às imposições moderno-coloniais. Para isso, apresentamos, a seguir, detalhamentos sobre os processos metodológicos, bem como informações relevantes sobre o campo empírico elencado para análise, no contexto deste artigo.

4. METODOLOGIA E CAMPO PARA ANÁLISE

Como aponta Braga (2008), a comunicação não se apresenta como uma disciplina nomotética, ou seja, como um saber que procura por leis gerais, mas sim como uma disciplina interpretativa. Assim, a abordagem metodológica deste texto, fruto das pesquisas que o originaram, baseia-se na descrição e na interpretação a partir de fenômenos da realidade, sendo do tipo empírica e composta por um *corpus* exploratório (Bauer; Gaskell, 2002). Nesse lugar, Braga (2008) propõe o estudo de caso, inspirado no paradigma indiciário, como abordagem metodológica fundamental à apreensão empírica para pesquisas em comunicação. Tal paradigma, cuja formulação tem como expoente principal o intelectual italiano Carlo Ginzburg, preconiza que o conhecimento interpretativo se constrói, em última análise, a partir de pistas, vestígios e sinais, de modo que tais indícios se apresentam como materiais pujantes a uma análise da realidade – esta que se fez (e se faz) tanto milenarmente nas tentativas de identificar e conhecer animais, a partir de pegadas deixadas na mata, quanto no reconhecimento de aspectos históricos, psicológicos e comunicacionais, tributários de uma produção sistematizada de conhecimentos nas humanidades (Braga, 2008).

Quanto a isso, Braga (2008) entende o caso não necessariamente por uma espécie de singularidade a ele intrínseca, mas pela possibilidade de, a partir de suas particularidades, produzir interpretações que tenham o potencial de serem apropriadas em análises de casos

semelhantes (ainda que não haja garantias, por se tratar de uma ciência interpretativa). Assim, o autor propõe uma ampliação na abrangência aos estudos de casos, com níveis de inferências, sob olhares aos “restos” – ângulos que ainda não foram plenamente desenvolvidos pelas teorias mobilizadas. Tais restos podem ser tomados pela ideia de indício, qual seja: um fragmento de uma realidade comunicacional em movimento, que acaba por trazer alguma notícia da realidade, em circulação. Dessa forma, o suporte do paradigma indiciário ao estudo de caso não se materializa apenas no apanhado e na descrição de indícios, mas na seleção e organização dos mesmos a fim de se fazer inferências. Logo, o uso do paradigma indiciário demanda a realização de proposições de âmbito geral a partir dos dados singulares adquiridos (Braga, 2008).

Assim, para poder examinar como a presença comunicacional da ancestralidade é mobilizada em direção à construção de processos de legitimidade pública da maconha, a partir de saberes pautados por povos afropindorâmicos, buscamos reconhecer a presença pública de Nêgo Bispo nos contextos recentes de midiatização; e, junto a isso, compreender que tal presença pode ser obtida a partir de determinados *fragmentos midiatizados*, quais sejam frações de conteúdos que, em processos de midiatização, ganham circulação por diversos outros contextos potencialmente infindáveis e justapostos.

De maneira específica, ao pensar em tais fragmentos, é possível reconhecer o quanto os mesmos se apresentam como “restos” de processos comunicacionais incontroláveis e impossíveis de serem quantificados. Sendo assim, a validade dos indícios poussa-se no esforço comunicacional da pesquisa, qual seja: o de reconhecer que os mesmos se encontram em circulação, e que apresentam potencialidades estéticas e discursivas. Aqui, torna-se importante reconhecer que tais fragmentos midiatizados emergem como indícios tanto porque são voltados a uma circulação permitida pelo digital; quando porque o próprio Nêgo Bispo é afetado por lógicas de midiatização que implicam mudanças de postura, qual seja: o reconhecimento da visibilidade midiatizada como a própria condição de existência de seus saberes contracoloniais. Por conta disso, podemos tomar os fragmentos midiatizados como reveladores de processos de circulação, na ambiência da midiatização. Os mesmos inserem-se, dessa forma, numa espécie de espectro multiplataforma digital que afeta e é afetado pela aproximação e pela distância dos sujeitos com os fluxos e os contrafluxos aos quais estão submetidos. De tal sorte, a seguir, antes de apresentar os fragmentos midiatizados escolhidos como *corpus* deste texto, apresentamos uma brevíssima biografia de Nêgo Bispo.

Antônio Bispo dos Santos (1959-2023) apareceu na confluência de três biomas: o Cerrado, a Caatinga e a Pré-Amazônica, em um quilombo no povoado Papagaio, no Vale do rio Berlingas, atual município de Francinópolis, no estado do Piauí. Lavrador desde criança, poeta, tradutor e relator dos saberes orgânicos de seu povo – palavra germinada pelo Mestre na qual se relaciona os saberes que nos envolvem, saberes do ser e não do ter –, plantou e colheu palavras germinantes com um olhar de resistência política direcionado à contracolônização. O quilombola propôs um outro caminho para a sociedade enraizado numa biointeração entre todos os seres e a terra, contrapondo o atual sistema de poder global, o sistema moderno-capitalista hegemônico, praticado pelo Brasil e por demais países do globo.

Bispo entrou para o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Francinópolis e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Piauí, tal como atuou como membro da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (Cecoq/PI) e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), engajando-se no debate quilombola e de direitos pelo uso e retomada da terra. Além disso, coordenou a inclusão de práticas culturais afro-brasileiras no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Em um movimento reflexivo contracolônial, Nêgo Bispo lançou seu primeiro livro no ano de 2007, *Quilombos, modos e significados*, reeditado em 2015 para *Colonização, quilombos: Modos e significações*. Seu segundo livro, *A terra dá, a terra quer*, foi lançado em 2023, buscando uma dispersão resolutiva de suas palavras germinantes. Também publicou os ensaios *Modos quilombolas* (2016) e *Somos Terra* (2018), além de ter sido coordenador da coleção *Quatro Cantos* (2022) e ter participado de diversas palestras e cursos pelo Brasil.

Com relação à presença digital de Nêgo Bispo, esta se dá de forma mais abundante e organizada no perfil Roça de Quilombo (@rocadequilombo)⁴, na rede social *Instagram*, e em menor quantidade, no perfil Antonio Bispo (@bispoquilombo)⁵. O primeiro perfil conta, até o momento, com mais de 91 mil seguidores⁶ e com 877 publicações, estas que, em sua maioria, estampam a presença de Bispo, seja por imagens ou vídeos informais e cotidianos do quilombo, seja pelas palavras germinantes e por ideais contracolônias que envolvem o objetivo do perfil do quilombo.

⁴ Disponível em: <<https://www.instagram.com/rocadequilombo?igsh=MWY1NXViNDkxYnR3>> Acesso: 12 de set. de 2025.

⁵ Disponível em: <<https://www.instagram.com/bispoquilombo?igsh=MWJnOWd0bGdvd3l3OA>> Acesso: 12 de set. de 2025.

⁶ Dados coletados em 30 de dez. de 2025.

As palavras germinantes de Bispo se disseminam para além dos conteúdos publicados diretamente pelos perfis mencionados, visto que grande parte das publicações são feitas em parceria com outros perfis, a partir de ferramentas de compartilhamento mútuo disponíveis pela rede social. Ademais, a presença física de Nêgo Bispo, ainda em vida, em eventos nacionais e internacionais, como bate-papos, rodas de conversas e palestras, amplifica a sua presença midiaticizada em outras plataformas, como o *YouTube*.

Na cena canábica digital, a presença do quilombola, mesmo que pontual, é marcada por discursos enraizados na liberdade de uso e no autocultivo da maconha, reafirmando seus usos e simbolismos ancestrais. Os indícios, ou como nomeamos, *fragmentos midiaticizados*, são presentes e compartilhados por variados perfis informativos, dentre os quais se destacam aqueles relacionados ao fomento e à disseminação de conteúdos antiproibicionistas, como também perfis pessoais de sujeitos que se identificam de alguma maneira com o debate – seja por fazerem uso da planta, nas suas diversas e legítimas formas possíveis de relação, seja pelo interesse no tema em seus mais variados caminhos.

Por isso, para a composição do *corpus* apresentado neste texto, levamos em consideração dois critérios de coleta e seleção dos fragmentos midiaticizados – tomando como base as configurações possíveis da circulação de tais fragmentos –, sendo eles: 1) estar na ambiência digital, em um contexto de multiplataformas; 2) ter a presença comunicacional da ancestralidade relacionada à maconha, materializada de maneira verbal ou não-verbal pela aparência midiaticizada de Nêgo Bispo (em textos, imagens ou vídeos), a partir de conteúdos circulantes diretamente ou indiretamente relacionados aos usos e às relações entre sujeitos e a maconha.

Dessa maneira, a partir dos dois critérios supracitados (e como apresentado anteriormente), seguimos por rastros digitais que nos guiaram para duas principais plataformas em que a temática da maconha foi mobilizada com um saber ancestral por Nêgo Bispo, quais sejam: o Instagram e o YouTube. Em meio a tais plataformas, foram escolhidos os seguintes fragmentos midiaticizados, dispostos na Tabela 1, coletados no período de fevereiro a outubro de 2024:

Nome do fragmento	Origem	Acesso
Gira de diálogo <i>Defender a alegria, organizar a raiva</i> , realizada em celebração aos 20 anos do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social	<i>YouTube</i>	Publicado dia 6 de set. de 2023. Link de acesso: https://www.youtube.com/live/YTAPviDlrk?si=zijIXGfKIJ5aELtk&t=3983

Série documental <i>Trajetórias</i> do Prêmio Milú Villela, em comemoração aos 35 anos do Itaú Cultural	<i>YouTube</i>	Publicado dia 20 fev. de 2024. Link de acesso: https://youtu.be/Tqt9BnrolFg?si=-znzKYyvw3H2fzTz&t=858
Poema de autoria de Nêgo Bispo	<i>Instagram</i>	Publicado dia 13 de set. de 2020. Link de acesso: https://www.instagram.com/p/CFFjBVJ-bt/
Debate acerca do tema <i>A difícil arte da Confluência</i> , no canal Culturgest da Fundação Caixa Geral de Depósitos	<i>YouTube</i>	Publicado dia 28 de out. de 2020. Link de acesso: https://www.youtube.com/live/XZhhs98SVxc?si=I8xGztriGckXUg2l
Fragmento de fala durante participação no 2º Encontro Internacional Pós-Colonial e Decolonial (EPD), organizado pelo Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais (AYA)	<i>Instagram</i>	Publicado dia 15 de maio de 2024. Link de acesso: https://www.instagram.com/p/C6_WswwryAi/

Tabela 1: Fragmentos midiaticizados escolhidos. Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

A partir do paradigma indiciário (Braga, 2008), tais fragmentos midiaticizados passaram por uma análise de conteúdo descritiva-interpretativa. Dito por outras palavras, tais fragmentos foram tomados como conteúdos visuais, sonoros e imagéticos, estes que, contrapostos aos referenciais conceituais deste texto, inspiraram uma interpretação baseada: a) na descrição do indício; e b) na sua interpretação a partir dos aspectos teóricos escolhidos, considerando-o como um fragmento em circulação comunicativa. Dessa forma, a análise descritiva-interpretativa é feita a partir do esforço de tensionamento entre teoria e empiria, a partir do qual torna-se possível desentranhar o comunicacional (Braga, 2008), qual seja: compreender que tal indício, em circulação, não apresenta conteúdos aleatórios, mas constitui-se por sentidos e presenças – com foco na presença comunicacional da ancestralidade, como forma de construção de processos de legitimidade na luta pela possibilidade de continuidade da relação dos sujeitos com a maconha.

Sendo assim, tais indícios foram contrapostos com as lógicas modernas do Estado, do Mercado e da Ciência, conforme propõe Mafra (2022); bem como interpretados a partir de historicidades e de passados emergentes no presente, como propõem Gumbrecht (2015) e Rangel (2016). Além disso, ainda que não tenha sido mobilizada no referencial teórico, contamos com a inestimável e sensível lente da pesquisadora Leda Maria Martins (2021), em sua obra “Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela”, a partir de suas formulações sobre oralidade, ancestralidade e contemporaneidade, no contexto de povos alijados pela violência colonial moderna. O trabalho de Leda Martins tornou-se, portanto, uma ancoragem às formulações já postas por intelectuais europeus reconhecidos, como é o caso do trabalho de Gumbrecht (2015), posicionando-as, contudo, a partir de uma episteme

que dialoga diretamente com saberes e práticas contracoloniais. Além disso, contamos também com o clássico trabalho de Lúcia Santaella (2001), intitulado “Matrizes da linguagem e do pensamento: sonora, visual, verbal”, como aporte para as análises dos fragmentos midiáticos.

Portanto, a análise de conteúdo descritiva-interpretativa (Braga, 2008) se encaminhou a partir da identificação, no material selecionado, de duas categorias principais intimamente correlacionadas, constituídas por subcategorias, a saber:

I) *Saberes em circulação*, por meio da qual emergem as subcategorias de: a) oralidade como agente de legitimidade; b) construção de novas aprendizagens públicas sobre a maconha; e c) mediação como espaço de resistência e resposta à intolerância; e

II) *Disposição experiencial da ancestralidade*, por meio da qual emergem as subcategorias de: a) intensificação de passados violentados; b) mobilização de saberes orgânicos; e c) invenção de futuros possíveis.

5. ANÁLISE E RESULTADOS

5.1 Saberes em circulação

Nesta primeira categoria, é possível reconhecer, nos fragmentos midiáticos de Nêgo Bispo, uma potencial circulação de saberes possibilitada pela midiática – saberes estes que, de alguma forma, sempre estiveram ao nosso lado, mas foram impedidos de circular nos contextos modernos-coloniais. Dessa forma, sendo as mídias inicialmente aparelhadas, em seu surgimento no início do século XX, pelo Estado e pelo Mercado (Mafra, 2022), os saberes pautados por cosmologias afropindorâmicas, em contextos brasileiros, não ganhavam existência pública nos cenários midiáticos – cenário este modificado pelas possibilidades tecnocomunicacionais da internet, no final dos anos 90 do século XX, que alteraram as possibilidades de circulação de fluxos e contra-fluxos de conteúdos e experiências, como apontam Neto (2008) e Braga (2012).

Dessa forma, no caso de Nêgo Bispo, é possível reconhecer que tais saberes são afetados pela: a) *oralidade como agente de legitimidade* – uma vez que as plataformas digitais permitiram, aos povos afropindorâmicos, a circulação de conteúdos a partir de formas expressivas orais, alijadas, historicamente, pela supremacia de uma escrita científico-moderna; b) *construção de novas aprendizagens públicas sobre a maconha*, decorrente das expressões da oralidade e da possibilidade de criação de conexões com práticas

advindas de conhecimentos partilhados por povos originários; e pela *c) mediação como espaço de resistência e resposta à intolerância*, já que tais saberes possuem grande potencial de humanização, ao fazerem aparecer, sobretudo, linguagens verbais e não-verbais correspondentes à experiência imediata de sujeitos concretos, localizados em territórios e afetados historicamente por formas de vida que, apesar da violência, continuam resistindo à modernidade colonial.

O primeiro e mais pungente indício que levantamos para demonstrar os saberes em circulação é a atividade da gira de diálogo *Defender a alegria, organizar a raiva*, na qual Nêgo Bispo foi convidado a participar. Apesar de o evento ter ocorrido de forma presencial, houve a transmissão completa e a publicação do mesmo pelo canal do *YouTube* do Coletivo InterVozes; contudo, recortes desse fragmento foram circulados também no *Instagram*.

Especificamente no trecho entre 2h31min33s e 2h33min33s de duração, Bispo se posiciona acerca dos usos e atravessamentos socioculturais relacionados à maconha com vistas ao contexto quilombola, ao mesmo tempo em que tece críticas às formas de usurpação da planta utilizadas por Mercado, Estado e Ciência. Em sua fala, Bispo também destaca o uso ancestral da maconha e de outras plantas pelos povos originários: “Todas as comunidades históricas usaram as plantas para manter uma relação cosmológica, para dialogar com o cosmo, maconha ou coca seja lá o que for (...)”⁷.

Dessa forma, a partir da oralidade, é interessante perceber, em tal fragmento midiático, o momento em que Nêgo Bispo, em resposta a uma ouvinte do evento, expressa que acha a maconha “tudo de bom” e “ao invés de você dizer que a maconha é erva daninha, diga que a maconha é erva santina”. Sendo assim, Bispo atesta uma *presença-fenômeno* de retomada às práticas ancestrais de usos da maconha a partir da oralidade, com um potencial de circulação coletiva, como nos ajuda a pensar Martins:

(...) a palavra não é um querer ser sozinho. Ela habita uma circunlocução de distintas sonoridades que a inscrevem numa paisagem polifônica, por onde também circula a força vital dos movimentos. Feixes de sons e feixes de palavras. Como sopro, hálito, dicção e acontecimento, rítmica sonora, a palavra vocalizada e cantada grafa-se e ecoa na reminiscência performática do corpo, lugar do acontecimento e da sabedoria, ressoando como voz cantante e dançante, numa sintaxe mutuamente

⁷ É interessante perceber que a fala de Bispo nos leva, em confluência, à informação de que a maconha está presente em outros livros ou registros tidos como sagrados, para além dos contextos brasileiros, como: i) o Artharva Veda, que lista a maconha como uma das cinco plantas sagradas, com potencial de despertar liberdade e alegria; ii) um texto aiurveda do século 11 d.C, o “Compêndio da essência da medicina” de Vangasena, que indica a maconha para aumento da felicidade e do tempo de vida com boa saúde; iii) e também há relato da impressão das primeiras versões da Bíblia pelo inventor Johannes Gutenberg em papel de cânhamo (Ribeiro, 2023).

significante, expressiva, contígua que emana por todo o corpo. (Martins, 2021, p. 96)

É nesse lugar que a oralidade atua como agente de legitimidade, buscando oferecer, mesmo sem garantias, a construção de novas aprendizagens públicas sobre a maconha. Com relação a esse aspecto, importante também ressaltar que, no dizer de Bispo, a maconha não está isolada de cosmologias afropindorâmicas. Dito por outras palavras, ao contrário dos saberes modernos, que buscam retalhar e isolar determinadas práticas, com vistas a alcançar supostamente um conhecimento científico e um potencial mercadológico, os saberes tradicionais de Bispo situam a maconha em meio a uma ética de um povo. Sendo assim, os saberes em circulação sobre a maconha situam-se numa mediação do próprio saber contracolonial, constituindo um espaço de resistência e resposta à intolerância, como nos propõe pensar Martins:

Ao prazer estético, no entanto, se agrega e não se dissocia uma compreensão ética fundamental, constitutiva de todas as qualidades do fazer. Ou seja, o estético não é percebido alheio à sua dimensão ética. Como nos ensina Cunha Jr., em todas as manifestações culturais afrorreferenciadas há o componente ético como gerenciador do sistema cognitivo (...). (Martins, 2021, p. 70)

À vista disso, a partir de Martins (2021), é possível entender como uma ética coletiva, que tende a regular as vidas cotidianas de sociedades remanescentes de povos africanos, também aparece em dois fragmentos midiáticos de Bispo, apresentados a seguir. Mesmo sem citação direta à maconha, os mesmos nos ajudam a acompanhar o campo epistemológico e experiencial circunscrito pelo quilombola, no qual a planta aparece. É esse mesmo campo que dá potência e fomenta a construção de novas aprendizagens públicas sobre a maconha, a partir da mediação.

Nêgo Bispo foi uma das dez personalidades escolhidas para a homenagem na série documental *Trajetórias*, do Prêmio Milú Villela. O documentário, disponível no perfil do Itáu Cultural no *YouTube*, narra, por meio das histórias contadas por Bispo, a sua caminhada como ser social e político quilombola. Nesse fragmento midiático em circulação, evidenciamos o trecho entre 14min39seg a 14min55seg, no qual Bispo aponta que "o povo euro cristão monoteísta escreve para depois falar e nós [politeístas] falamos para depois escrever. Então o saber vai primeiro pela palavra, depois vira escrita apenas para guardar".

Como apontado por Santaella (2001, p.397), a oralidade se apresenta como uma linguagem híbrida entre o som e o verbo. Isto é, uma mistura entre o ritmo, a pausa, o sotaque e a melodia, atribuídos à verbalização das palavras. No caso de Bispo, esse discurso também se apresenta como fonte de legitimidade sociocultural, quando os saberes orgânicos são inerentes à permanência e à manutenção das tradições e conhecimentos empíricos de povos afropindorâmicos. Em outro indício, relacionado ao mesmo fragmento midiático

apresentado anteriormente com alteração no trecho, correspondente à minutagem de 15s a 47s, Bispo expressa:

Aprender, para mim, é uma pergunta permanente e é uma vivência que vai nos acomodando ou nos movendo de algum para alguns lugares. E aprender, mesmo, a gente aprende quando o saber não é mercadoria. Às vezes eu quero aprender, mas não tenho como pagar. E quando é com mestres e mestras, os mestres e as mestres não cobram. Eles ensinam para manter o conhecimento vivo. Quando você compartilha o saber, o saber só cresce. É como as águas que confluenciam o conhecimento.

Nesse caminho, a reflexão da mediação (Braga, 2012) pode ser entendida como uma lente epistemológica de construção das aprendizagens entre os sujeitos e as materialidades experienciadas. Torna-se evidente que a presença de Bispo dispõe um processo organizador nativo às relações, a partir de tal lente cultivada na inserção histórico-cultural quilombola, como uma cosmovisão que “traz a memória e a atitude de quem resistiu à assimilação forçada dos negros escravizados na Colônia e no Império e dos negros libertos na República racista” (Santos, 2015, p. 11). Ademais, institui sentidos derivados na confluência dos compartilhamentos, sem intermédio das lógicas de acumulação e desmonte do Mercado voltadas à educação que compreendemos hoje – criando, assim, um espaço de resistência e em resposta à intolerância. Dessa forma, ainda que a maconha não tenha sido referenciada diretamente em tal trecho, uma vez sendo pronunciada por Bispo em outros fragmentos, tal planta passa, de algum modo, por uma cadeia de significação que busca responder a intolerância com a própria resistência contracolonial, qual seja: o Estado proíbe; contudo, a planta continua em circulação, com um fundamento ético no contexto relacional de povos afropindorâmicos.

Atualmente, a Lei de Drogas não permite, no Brasil, o autocultivo da maconha – a plantação, o cultivo e a extração para fins pessoais ou comerciais, com ressalvas a algumas associações canábicas e empresas que fabricam e vendem maconha de uso medicinal para pessoas que passam por algum tratamento médico. Todavia, em julho de 2024, o Supremo Tribunal Federal descriminalizou o porte de maconha, impondo algumas limitações, como uma quantidade máxima de porte, a permanência da proibição do uso em espaços públicos e o cultivo pessoal.

Nesse contexto, o que nos parece é que, com vistas a uma esfera de interesses do Mercado e da Ciência, o Estado ainda mantém leis proibicionistas sem expectativas palpáveis para o autocultivo no país. Em contraponto à lógica moderna proibicionista, Bispo germina que todos devem ter o direito, caso queiram, de plantar maconha na sua casa, fazendo o uso

adequado para cada um, como expressado ao final de sua fala no primeiro fragmento midiático apresentado, no evento de 20 anos do coletivo Intervenções:

E chamar de maconha, porque eles disseram que era errado, nos proibiram de plantar, quando nós dominávamos as terras, aí eles estão plantando e chamados de que? “Canabidiol”. Canabidiol é a cara de vocês, o nome é maconha ou jamba como chamam no Maranhão! Vamos plantar, vamos fazer chá e vamos ser felizes!

Sendo assim, os fragmentos midiáticos de Nêgo Bispo buscam provocar, diante de um contexto proibicionista e por meio das lógicas de aprendizagem inerentes à midiática (Braga; Calazans, 2001), a circulação de novos saberes, eminentemente calcados na oralidade como agente de legitimidade, voltados à construção de novas aprendizagens públicas sobre a maconha e instituidores de um potencial espaço de resistência e resposta à intolerância histórica contra práticas de povos afropindorâmicos.

5.2 Disposição experiencial da ancestralidade

Nesta segunda categoria, é possível reconhecer, nos fragmentos midiáticos de Nêgo Bispo, como a ancestralidade emerge como uma disposição experiencial, sobretudo em contextos contemporâneos afetados por lógicas proibicionistas por parte do Estado, como também por tentativas de cercear o uso da planta por sujeitos comuns, sem as chancelas da Ciência e os controles do Mercado (Mafra, 2022).

Nesse lugar, a ancestralidade aparece como desejo de presença, como nos aponta Gumbrecht (2015); uma presença comunicacional, manifestada a partir da: *a) intensificação de passados violentados*, ou seja, tentativas de expressão pública de historicidades de povos afropindorâmicos, brutalmente violentados pela modernidade colonial; *b) mobilização de saberes orgânicos*, que atravessam as práticas e as cosmologias de povos originários, junto aos quais não há uma separabilidade entre ser humano e natureza; e *c) invenção de futuros possíveis*, a partir dos quais a ancestralidade parece apontar, num mundo supostamente dominado pelas instituições modernas do Estado, do Mercado e da Ciência (Mafra, 2022), para uma transformação social por dentro da própria midiática; neste lugar, a midiática faz emergir outras visões de futuros possíveis, a partir de práticas ancestrais que, antes da colonização, eram tidas como legítimas no contexto de saberes afropindorâmicos. Assim, ao buscar descolonizar a relação dos sujeitos com a planta, os fragmentos midiáticos de Nêgo Bispo se inscrevem em seu próprio corpo quilombola, e mobilizam todo o saber coletivo de um povo, então violentado:

Um corpo, um tempo, um gesto de memória. Os acordes da ancestralidade criam suplementos que revestem os muitos hiatos, vazios e rupturas forjados pelas abissais diásporas, algo que se coloca em lugar de alguma coisa que parecia inexoravelmente submersa nas travessias, mas que é perenemente transcriada, reincorporada e restituída nas cadências de sua alteridade, inscritas sob o signo da reminiscência e da presença nas curvilíneas espirais do tempo. Um saber, uma sapiência (Martins, 2021, p. 213).

De tal sorte, apresentamos também outros fragmentos midiaticizados que, ainda que não se refiram diretamente à cena canábica, constituem a lógica de um saber ancestral defendido por Nêgo Bispo e que buscam, inclusive, estabelecer uma relação com a maconha em meio a uma relação com o próprio ambiente – contrariando as lógicas do Estado, do Mercado e da Ciência, que tentam olhar para a planta dando um protagonismo aos fins de extração, de estudo, de comercialização e de regulamentação. Assim, a proposta principal da ancestralidade que Nêgo Bispo busca fazer germinar constitui uma legitimidade que não dissocia a maconha das formas de vida do ser humano no planeta, como propõe a *Figura 1*.

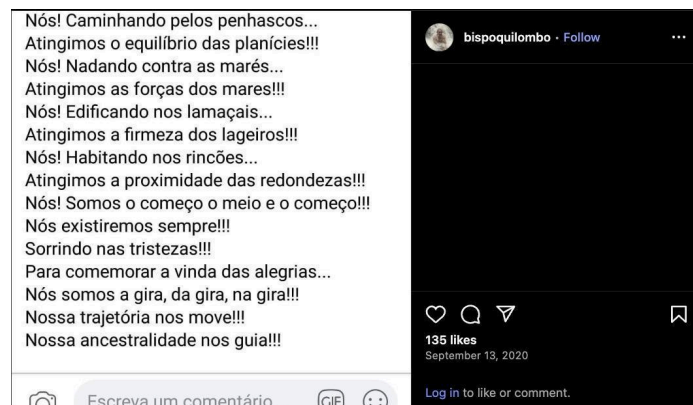


Figura 1. Captura de tela do *post* do poema de Bispo, no *Instagram*. Fonte: Disponível em: https://www.instagram.com/p/CFfjV_J-bt/

A imagem anterior refere-se a uma publicação de Nêgo Bispo em seu perfil na rede social Instagram, em que compartilha um poema de sua autoria. Em 15 frases, o quilombola propõe um jogo de sentidos para mobilizar as adversidades *a priori*, vinculadas aos povos afropindorâmicos: “Nós! Caminhando pelos penhascos...”. Esse caminhar pode ser interpretado como o conjunto de obstáculos sociais, culturais e legais impostos por meio das lógicas modernas. Aos passados violentados por tais lógicas, surge, em contraponto, o enfrentamento, a luta e a resistência: “Atingimos o equilíbrio das planícies!!!”

Ao final do poema, Bispo traz as seguintes frases germinantes: “Nossa trajetória nos move!!! Nossa ancestralidade nos guia!!!”; nas quais evidencia-se outras visões de futuro que aparecem a partir da mobilização de uma presença comunicacional da ancestralidade, esta que busca abrir a relação dos sujeitos com outros tempos e espaços. É nessa abertura que um

conjunto de realidades silenciadas (Rangel, 2016), com foco no processo de colonização política-religiosa no qual os povos originários foram submetidos, colocam-se ao presente intensificando o acolhimento desse passado de extermínio e de apagamento de sujeitos, práticas e territórios. Aqui, destaca-se a segunda possibilidade aparente a esse fenômeno relacional, apresentada por Rangel (2016, p. 131): “reconstituição do presente (e do futuro) a partir de determinados passados que se explicitam e se oferecem como repertórios de sentidos ideais ao enfrentamento de determinada realidade sedimentada ou imediata”.

Em meio a um presente consolidado em um projeto moderno-capitalista, voltado ao capital econômico, a cena contemporânea é atravessada por simultaneidades que desejam tocar os passados (Gumbrecht, 2015) - passados este que foram de algum modo silenciados, violentados e/ou roubados (Mafra, 2022). Em uma participação no Culturgest, Bispo aponta, no trecho de 20min36s a 21min46s, que o processo eurocristão colonialista é “responsável por grande parte das mazelas que hoje acontece no mundo”. E seu objetivo, como lavrador de palavras, seria

semear palavras contundentes na mente desses povos eurocristões monoteístas e fazer com que essas palavras germinem não como erva daninha, conforme dizem os eurocristãos tanto na sua Bíblia como nas Ciências Agrônômicas, mas como ervas resolutivas e ervas confluentes para que a vida não seja apenas para os ditos humanos.

Ainda nesse caminho, aponta-se outra fala de Nêgo Bispo, publicada no perfil @rocadequilombo em colaboração com o perfil @ayalaboratorio no *Instagram*, referente à participação no 2º Encontro Internacional Pós-Colonial e Decolonial (EPD). Com destaque ao trecho de 1min5seg a 1min24seg, Bispo aponta que: “a partir de agora, o mundo é quilombola, indígena, candomblezeiro, umbandista, congadeiro, condombeiro, o mundo é afropindorâmico. Vivas, vivas!”. Em sua fala, Nêgo Bispo dispõe seis palavras diretamente relacionadas aos povos afropindorâmicos em diáspora, a partir de algumas de suas práticas religiosas e culturais de matrizes politeístas, como o Candomblé, a Umbanda e o Congado. Podemos entender “o mundo é afropindorâmico” como sinônimo a um mundo ancestral, um mundo intrinsecamente ligado ao reatamento de povos com seus saberes e práticas – por meio de um movimento de re-existência sociocultural a um apagamento histórico que persiste até os dias atuais.

Isto posto, fazem-se necessários alguns apontamentos acerca do número supostamente não expressivo de publicações nas quais Bispo aparece publicamente, e de forma direta, falando sobre a maconha. Parece-nos, fortemente que, para além de possíveis

constrangimentos e inúmeros riscos inerentes aos contextos proibicionistas contemporâneos⁸, esta circunstância, no campo de análise, também justifica-se pelo fato de Nêgo Bispo não ser um sujeito moderno e, dessa forma, não se colocar como um ativista canábico (mesmo porque o termo “ativista canábico” é uma denominação que parece fazer jus à aparição de sujeitos modernos e colonizados). Dito por outras palavras, Bispo não foca seu ativismo exclusivamente numa luta pela maconha: ele a insere numa defesa ampla que busca fomentar uma outra relação dos sujeitos com o mundo, pautada no respeito, na confluência e na congruência entre formas de vida humanas e não humanas.

Sendo assim, neste caso, a maconha não está dissociada de outros aspectos dos saberes afropindorâmicos, tanto na relação com o tempo e o espaço, quanto na vivência da própria cultura – ou seja: a maconha não existe isolada de práticas culturais que constituem a ética de tais povos. Então, observa-se que a luta por legitimidade à maconha, ao mobilizar a ancestralidade como disposição experiencial, configura-se como uma luta por legitimidade de outras cosmovisões, como gestos que aparecem seja nos fragmentos midiáticos supracitados, seja naqueles fragmentos dispostos no item 5.1. Neste lugar, o próprio corpo de Nêgo Bispo, aparente em si mesmo, como também espreado em suas palavras, imagens, sons e silêncios, pode ser tomado, em sua potência midiática, pela noção de corpo-tela, proposta por Martins (2021, p. 80):

em seus inúmeros modos de realização, em suas poéticas e paisagens estéticas, a corporeidade negra, como subsídio teórico conceitual e performático, como episteme, fecunda os eventos, expandindo os enlaces do corpo-tela, como vitrais que irradiam e refletem experiências, vivências, desejos, nossas percepções e operações de memória. Um corpo pensamento. Um corpo também de afetos.

Em razão do exposto, saltou-nos aos olhos, durante a pesquisa, a percepção de que a maconha não aparece isolada – como a modernidade colonial se propõe a fazer – das próprias formas de vida dos povos afropindorâmicos. Por tudo isso, se a vida moderna busca separar, retalhar e isolar a planta para fins de conhecimento, extração e comercialização, a maconha não é colocada como protagonista na cosmovisão afropindorâmica de Nêgo Bispo, uma vez que a relação com a planta se situa em meio a um conjunto de práticas culturais, motivadas por uma ética. E é justamente por ter sido silenciada pela modernidade colonial que tal ética

⁸ Não podemos deixar de considerar que a maconha ainda é tomada pelo Estado a partir de uma lógica de proibição e isso, possivelmente, afeta as publicações específicas na ambiência digital relacionadas à planta, no sentido de construção de estratégias que possam ser efetivas, mas que também considerem o risco que esses sujeitos estão enfrentando. Tal estratégia dos contextos midiáticos parecem, dessa forma, levar em consideração as diretrizes de circulação e publicação de conteúdos das redes sociais, especialmente no *Instagram*, visto que o *YouTube* não mantém um controle tão incisivo que bloqueia postagens relacionadas a conteúdos tido como ilegais pelo Estado Brasileiro, nesse caso, conteúdos supostamente ligados a drogas.

parece se ancorar, fortemente, numa disposição experiencial da ancestralidade – numa tentativa de tocar os passados, intensificando-os tanto a partir de uma mobilização de saberes orgânicos, quanto por uma invenção de futuros possíveis. De tal sorte, a maconha se apresenta como mais uma possibilidade cultural violentada, e sua luta por legitimidade, nos fragmentos midiáticos de Nêgo Bispo, ancora-se na ancestralidade como forma de luta pela própria existência dos povos afropindorâmicos – suas vidas, suas palavras, suas práticas, seus afetos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos examinar como a presença comunicacional da ancestralidade, em cenários contemporâneos de midiáticação, emerge como uma espécie de disposição experiencial, mobilizada na construção de processos de legitimidade pública da maconha. Para isso, investigamos a presença pública de Nêgo Bispo a partir de fragmentos midiáticos que expressam práticas e saberes pautados por povos afropindorâmicos. Neste lugar, tais fragmentos foram tomados como indícios em circulação, compostos por determinados sentidos e presenças, sendo afetados por fluxos e contra-fluxos comunicacionais, nos modos como as interações sociais contemporâneas são constituídas. Quanto a isso, ainda que se configurem como processos tentativos (Braga, 2012), não se mostrando, necessariamente, como saberes hegemônicos nos contextos midiáticos, tais lutas podem movimentar e provocar novas aberturas de entendimentos e de aprendizagens com relação à maconha.

Sendo assim, na pesquisa, tais entendimentos e aprendizagens puderam ser verificados a partir de duas categorias de análise, que emergiram da investigação dos fragmentos midiáticos: a) saberes em circulação, categoria que apontou o enorme potencial de oralidade em Nêgo Bispo como agente de legitimidade, a partir do qual foi possível verificar tentativas de construção de novas aprendizagens públicas sobre a maconha, bem como de instituição de uma mediação como espaço de resistência e resposta às intolerâncias das sociedades moderno-coloniais; e b) disposição experiencial da ancestralidade, categoria por meio da qual foi possível perceber a ancestralidade como uma presença comunicacional intensificadora de passados violentados, bem como de mobilização de saberes orgânicos e da invenção de futuros possíveis, no contexto de saberes afropindorâmicos.

Nesse caso, a luta de Nêgo Bispo a favor de uma outra relação da sociedade com a maconha aparece junto a muitas tensões, dentre as quais se destaca a própria tentativa de captura da maconha pelo arcabouço institucional da modernidade, conformado por Estado,

Mercado e Ciência (Maфра, 2022). Torna-se importante também destacar que percebemos, durante a pesquisa, que Bispo não encarava, demasiadamente, a questão canábica, e talvez, nem queria ser usado para esses fins, devido ao risco de que suas falas, com cortes e usos indevidos, pudessem adentrar ao sistema moderno de formação e circulação de discursos e aprendizagens nas ambiências midiáticas contemporâneas – para além do próprio risco de criminalização verificado num contexto proibicionista, que ainda pauta a relação contemporânea de muitos sujeitos com a planta.

Dessa maneira, foi possível verificar na pesquisa que a maconha aparece em meio a práticas culturais de povos afro-pindorâmicos, e é nesse sentido que o futuro é ancestral, pois, para Bispo, o futuro da maconha não passa necessariamente pela regulamentação do Estado, pela comercialização pelo Mercado e pelo conhecimento da Ciência. Em outro caminho, os fragmentos midiáticos de Bispo apresentam a possibilidade de os sujeitos adotarem a planta a partir dos modos pelos quais produz-se sentido em suas realidades – sobretudo no caso dos sujeitos desta terra, que foram machucados e alijados, até mesmo como sujeitos não quilombolas.

Portanto, o artigo aponta que a luta por legitimidade da maconha é uma luta pela legitimidade de uma existência diferente no mundo. Por outro lado, as lógicas da mediação permitem a permanência de uma existência longa aos discursos e fragmentos em circulação, podendo os mesmos serem recuperados a qualquer instante. Sendo assim, as aprendizagens no contexto mediado se dão de modo difuso, em circulação com tempos e espaços diferentes, podendo ser retomadas em colaboração com um debate mais amplo, ainda que carreguem os riscos de caírem em mãos de sujeitos que possam usar os fragmentos mediados – no caso, os de Nêgo Bispo – para fins os quais nem ele mesmo desejaria que fossem usados.

Estudos futuros poderiam também se debruçar sobre as origens e os interesses presentes nos fragmentos mediados – que são múltiplos e diversos –, para além de um foco na sua circulação, que foi objeto deste trabalho. Sendo assim, compreender como organizações mercadológicas (tais como o grupo Itaú Cultural), coletivos e sujeitos comuns se posicionam na circulação é gesto que pode ampliar um olhar sobre as próprias contradições e conflitos que afetam a luta por legitimidade da maconha – sobretudo no modo como se relacionam com saberes tradicionais e povos originários, e diante da disputa de sentidos mediada que se opera nos complexos contextos canábicos contemporâneos. Outros trabalhos também podem problematizar as lógicas inerentes às próprias plataformas – quais sejam *YouTube* e *Instagram* –, gesto epistêmico este que, nesta pesquisa, também não foi

desenvolvido, por se debruçar na própria demonstração da circulação midiaticizada dos fragmentos.

Destacamos a aposta na ideia de fragmentos midiaticizados, a partir da inspiração de Braga (2008) como caminho metodológico frutífero à desafiadora compreensão do fenômeno comunicacional da midiaticização. Parece-nos, dessa forma, que o acesso à midiaticização se dá de forma indiciária, juntos aos próprios processos midiaticizados de circulação, processo este que, na contemporaneidade, permitiu o acesso aos saberes afropindorâmicos na relação com a maconha. Destacamos, por fim, a potência da circulação da oralidade como um elemento de disrupção, cuja busca por uma transformação social na relação com a planta se estabelece em meio aos próprios sistemas midiaticizados, a partir de um saber que sempre existiu, mas que fora impedido de circular antes das transformações tecnocomunicacionais da internet.

É por isso que se aponta, como principal conclusão deste trabalho, a evidência de que, nas simultâneas mobilizações a favor da maconha e dispostas na contemporaneidade, a presença comunicacional da ancestralidade caminha como uma estrutura confluyente à construção de legitimidade a partir de povos afropindorâmicos presentes na cena pública, por meio do recente fenômeno da midiaticização – marcado por disputas, contradições, tensionamentos e possibilidades.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, Celso; MEIRELLES, Renato. **Um país chamado favela**. 1ª ed. São Paulo: Editora Gente, 2014.

BRAGA, José L.; CALAZANS, Maria Regina Z. **Comunicação e educação**: questões delicadas na interface. São Paulo: Hacker, 2001.

BRAGA, José Luiz. Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação. **Contracampo**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 219-235. 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/issue/view/1003>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. **MATRIZES**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 73-88. 2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/38193>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRAGA, José Luiz. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 25, n. 58, p. 62-77. 2011. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/924>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria A.; JANOTTI JUNIOR, Jeder J.; JACKS, Nilda (org.). **Mediação & midiatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: COMPÓS, 2012. p. 29-52. *E-book*.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. O “problema público” da maconha no Brasil: anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 703-740. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5638/563865508007.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

FERRUGEM, Daniela. **Guerra as drogas e a manutenção da hierarquia racial**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

FRANÇA, Jean Marcel C. **História da maconha no Brasil**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

GOMES, Pedro Gilberto. Midiatização: um conceito, múltiplas vozes. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 1-20, maio-agosto. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495553927012.pdf>. Acesso em: 17 de nov. de 2025

GROHMANN, Rafael. O que é circulação na comunicação? Dimensões epistemológicas. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 27, p. 1-13, jan.-dez. 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/35881>. Acesso em: 17 de nov. de 2025.

GUMBRECHT, Hans U. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

GUMBRECHT, Hans U. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

Katiúscia Ribeiro explica ancestralidade e sua presença na cultura diaspórica. Katiúscia Ribeiro. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (6min27seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h03cAD1EKNw&t=1s&ab_channel=CanalGNT. Acesso em: 12 set. 2025.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LELO, Thales Vilela. A midiatização em perspectiva crítica. **Galáxia**, São Paulo (*online*), n. 46, p. 1-16. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/hNBn73zbSn7YzQBR9d7BckS/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 17 de nov. de 2025

MAFRA, Rennan Lanna Martins. As organizações modernas e o contemporâneo: notas para uma leitura comunicacional do presente. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 89. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/62436>. Acesso em: 9 de março de 2026.

MARTINS, Leda. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Por uma razão decolonial: desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/LhdvrTHy73MP8sxQQqK4QDR>. Acesso em: 12 set. 2025.

NETO, Antônio F. Fragmentos de uma “analítica” da midiatização. **MATRIZES**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1430/143017353005.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

OLIVEIRA, Luciana de; SALGADO, Tiago Barcelos P. Comunicação intermundos: entre a violência e a re-existência, quem fala? **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 22, n. 42, p. 143-153. 2023. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/984>. Acesso em: 12 set. 2025.

RANGEL, Marcelo de Mello. Melancolia e história em Walter Benjamin. **Ensaio Filosófico**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 126-137. 2016. Disponível em: https://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo14/11_RANGEL_Ensaios_Filosoficos_Volume_XIV.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

RIBEIRO, Sidarta. **As flores do bem**: a ciência e a história da libertação da maconha. 1ª ed. São Paulo: Fósforo, 2023.

RODRIGUES, Adriano D. **Estratégias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1990.

RODRIGUES, Ana Paula Lopes da S. **Conhecimentos e ativismos**: associações canábicas nas redes sociais digitais. 2022. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2022. Disponível em: Acesso em: 12 set. 2025.

SANTAELLA, Lúcia. **Matrizes da linguagem e do pensamento**: sonora, visual, verbal. São Paulo: Iluminuras, 2001.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: Modos e significações. Brasília: UnB/CNPq, 2015.

Letícia Araújo Resende Guimarães Pereira

Bacharela em Jornalismo (UFV), Mestranda em Comunicação Social (UFMG). Integrante do coletivo de pesquisa Corisco (UFMG). Desloca-se o olhar as latências, divergências e confluências comunicacionais que emergem e se fazem presentes na teia da segurança pública brasileira, com foco nas discussões sobre drogas, violência e práticas de resistência/contraconduta.

Rennan Lanna Martins Mafra

Pós-Doutor (2021) em História pela UFOP, Doutor (2011) e mestre (2005) em Comunicação, na área de concentração Comunicação e Sociabilidade Contemporânea, pela UFMG. Docente do curso de graduação em Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Regionalidades da UFV. É coordenador do grupo de pesquisa Pólen e co-líder do DIZ. Compreende a pesquisa nas humanidades como atividade essencial à escuta de fenômenos que desafiam a vida na contemporaneidade.



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-Não-Comercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional